ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2018, DE AUTORIA DO VER. LISANDRO LUIS FREDERICO, "QUE INSTITUI A SEMANA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SUZANO".

Ata da Terceira Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores "Palácio Deputado José de Souza Cândido", nas dependências do Plenário "Francisco Marques Figueira", cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e dezoito, às 14h28, dá-se início à Terceira Audiência Pública, do Segundo Exercício, da Décima Sétima Legislatura, sob a presidência do Ver. Lisandro Luis Frederico, Presidente da Comissão de Política Social, que, em nome de Deus e dá Pátria declara aberta a sessão e manifesta: "Esta Audiência Pública tem por objetivo a discussão sobre o Projeto de Lei Complementar nº 023/2018, de autoria do Ver. Lisandro Luis Frederico, que institui a Semana da Assistência Social no município de Suzano e dá outras providências. Além disso, o objetivo desta Audiência Pública é trazer um debate importante, que foi solicitado pelos coordenadores dos CRAS, dos usuários das Unidades, uma oportunidade como esta para debater políticas públicas voltadas às pessoas com deficiências aqui na cidade de Suzano. Convido para fazer parte da mesa de trabalho os integrantes da Comissão de Política Social: Relator, Ver. Carlos José da Silva, Carlão da Limpeza e Membro, Ver. Antonio Rafael Morgado – Prof. Toninho Morgado. Diretora de Planejamento Territorial, Dra. Eliene Correa. Secretário de Assistência de Desenvolvimento Social, Dr. Fátimo Aparecido Rodrigues. Psicóloga Social do CRAS – Palmeiras, Anelisa Moraes Maia. Diretor Educacional do Instituo Federal São Paulo, Prof. Fábio Machado da Silva, a quem agradeço por ter concedido os intérpretes de libras para conduzir a palestra aos Surdos. Para se sentarem nas cadeiras atrás da mesa de trabalho, convido a usuária do CRAS Palmeiras, Maria de Fátima P. da Silva Matias. Usuária do CRAS do Palmeiras, Aline de Lima Soares. Usuária do CRAS Centro, Valquíria do Nascimento. Usuária do CRAS Boa Vista, Cristiane Pereira Miguel. Usuária do CRAS Casa Branca, Maria Aparecida Botaro e usuária do CRAS Jardim Gardênia, Sineusa Ferreira de Souza. Convido para adentrar ao plenário os Vereadores: André Marcos de Abreu – André Marcos de Abreu - Pacola(DEM). Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van), Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB) Edirlei Junio Reis - Prof. Edirlei(PSD) e Verª. Gerice Rego Lione – PR (Esposa do Prefeito da Academia). Para iniciar a nossa Audiência Pública e ilustrar o tema que estamos discutindo, convido o público presente para juntos assistirmos o recado do Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Sr. Luiz Carlos Lopes." (Foi exibido o vídeo do secretário que cumprimenta pela iniciativa de processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.) (Nota da taquigrafia.) O Ver. Lisandro informa que foi feito o convite ao secretário de planejamento urbano e habitação, Elvis Vieira, que não pode vir por compromissos agendados anteriormente. Convida a diretora de planejamento territorial para iniciar a audiência. **Com a palavra, Eliene Correa**:

“Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui para falar um pouco mais sobre a questão de planejamento urbano no município de Suzano. No ano passado, nós desenvolvemos, desde o início do ano, um trabalho de revisão do Plano Diretor, que culminou em 22 de dezembro com a aprovação, por esta Casa, do nosso novo Plano Diretor em que a questão da discussão territorial é o foco. Então, sobre o território, é sobre as ruas de Suzano, sobre os espaços públicos, sobre os lotes, sobre tudo o que está em Suzano, sobre o que acontece nas atividades humanas e sobre o qual nós nos desenvolvemos como pessoa, na nossa natureza física, intelectual e inclusive espiritual. É com esse objetivo de permitir que o território de Suzano seja passível e seja um território abrigador de qualquer atividade que o Plano Diretor foi feito. Dentro do princípio de discussão que nós pusemos, a questão da acessibilidade e do atendimento às necessidades das pessoas, sejam elas quais características de credo, cor, dificuldades físicas ou não sobre esses aspectos, que pensamos o Plano Diretor. Então, do ponto de vista prático, o Plano Diretor de Suzano, a nova política de desenvolvimento territorial tem dois princípios: 1) Atendimento às necessidades é permitir que o território abrigue essas atividades com segurança para as pessoas. Mas ele do ponto de vista imediato não tem efeitos, porque o Plano Diretor é uma peça que trabalha com prazo largo, de no mínimo dez anos. A gente aprovou a lei do dia 22 de dezembro, e o que hoje está vigorando, do ponto de vista da apropriação do território dessas pessoas? Muito pouco. Nós vamos ver o resultado daqui a cinco, dez anos. O Plano Diretor é uma peça de desenvolvimento territorial que tem por finalidade permitir que as pessoas tenham direito de caminhar, de ir e vir e que ele atribui uma série de outras peças técnicas. Dentro do Plano Diretor, por exemplo, nós temos um artigo em que diz que a mobilidade urbana e a acessibilidade feitas nas ruas de Suzano devem obrigatoriamente seguir aquilo que está atribuída à lei federal de acessibilidade. Então, nenhuma atividade, nenhum tipo de empreendimento pode ser feito sem pensar na questão da acessibilidade. Como isso vai se materializar? A partir das novas leis que desdobram do Plano Diretor. O Plano Diretor aprovado agora está passando por um processo de revisão, a nossa Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Esta lei diz como devem ser feitas as casas, como os empreendimentos devem ser feitos, quantos conjuntos habitacionais podem ser executados. Dentro da lei de uso é que a gente detalha as questões de acessibilidade que foram, do ponto de vista conceitual, postos no Plano Diretor. Também é dentro do plano de mobilidade que a gente vai detalhar como a questão da mobilidade de transporte, mobilidade no caminhar, mobilidade de uma série de outras maneiras vai se concretizar. O Plano Diretor deu a diretriz maior e estabeleceu que a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e o Plano de Mobilidade vão detalhar esses conceitos de acessibilidade de ir e vir do território dentro do município. Então, agora nós entramos num processo novo, Vereadores, de discussão da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo que vai ter que atender as diretrizes já colocadas no Plano Diretor e vai detalhar como essas diretrizes de fato vão acontecer no território, nas casas das pessoas, no barzinho da esquina, no supermercado, no prédio público. Tudo está sob essa diretriz geral estabelecida pelo Plano Diretor. Conversando com o secretário Elvis, meu recado hoje é dizer que entramos no

momento especial de discussão agora, em que a partir dessas duas novas leis, tanto o plano de mobilidade quanto a lei de uso e ocupação e parcelamento do solo é que vamos de fato materializar aquele conceito de ideal posto no Plano Diretor em que o território deve ser acessível a qualquer pessoa da melhor forma possível. Eu vou convidá-los, inclusive, para daqui a algum tempo, a gente discutir. Todos foram convidados. Nós temos trabalhando na lei de uso e parcelamento do solo desde o começo do ano, temos feito reuniões, os vereadores e assessores têm participado, mas em breve a gente vai trazer quais são, digamos assim, os critérios que são estabelecidos para se fazer um novo prédio público. Os critérios que estamos discutindo para a questão da calçada; o critério que estamos discutindo para os recuos de frente que possibilitam estacionamento; os critérios que estamos estabelecendo para como deve ser feito o estacionamento, quantas vagas devem ser reservadas, enfim, tudo isso agora se materializa na lei de uso, ocupação e parcelamento do solo que nós estamos desenvolvendo e em breve, mais alguns meses, a gente deve começar a fazer a discussão com a população também, nos mesmos moldes que fizemos o Plano Diretor. Efetivamente, nós estamos, digamos assim, no olho do furacão, no momento ideal para fazer essa discussão. E é um momento muito feliz em podermos falar sobre isso hoje, podendo principalmente ouvir a contribuição de todos, ouvir a reivindicação da população, ouvir o que o suzanense tem a dizer a respeito desse tema. Porque nós já levamos para a próxima reunião, já podemos incorporar esses conceitos discutidos aqui, dentro da nova legislação que estamos desenvolvendo. Espero que a gente tenha uma tarde muito proveitosa. Meu recado, por enquanto é esse. Gostaria muito de ouvir todos vocês. Obrigada, Vereador." A seguir, o presidente comenta: "Ontem, representando a Comissão de Política Social da Câmara, eu tive uma reunião com o secretário Elvis e um dos pontos trazidos por muitos usuários e deficientes da cidade é a questão dos comércios da região que não estão adaptados. Citaram algumas perfumarias na cidade onde os deficientes não conseguem frequentar em virtude da dificuldade de acesso. Achei muito interessante que do ponto de vista da Prefeitura todo planejamento dessas obras foram aprovados de acordo como manda a lei 9050, que determina que sempre que exista uma sobreloja tenha que ter uma facilidade, elevador, mas na prática o que a gente vê são comércios que não cumprem aquilo que foi aprovado na legislação anterior. Eles aprovam um estoque na sobreloja, o que obrigatoriamente não tem a necessidade de se ter um elevador, mas na prática fazem o segundo andar como loja, o que dificulta o acesso de tanta gente. Eu falei muito com o secretário e ele deixou bem claro que é importante a sociedade participar nesse processo de fazer denúncias, de apontar onde tem esses problemas para a Prefeitura possa notificar de acordo com a obra que foi planejada e aprovada pelo departamento da Prefeitura. Acho que a Eliene deixa clara a importância da participação de todos, não só nesta audiência, mas no desenvolvimento deste planejamento que está sendo feito na Prefeitura, que não vai ser discutido aqui na Câmara de imediato, mas que a Prefeitura está realizando reuniões e é importante os usuários participarem e demonstrarem as dificuldades que enfrentam para enriquecer este projeto. Agora, passo a palavra para o secretário Dr. Fátimo Aparecido Rodrigues, que também hoje representa o prefeito de Suzano,

Rodrigo Ashiuchi.” **Com a palavra Dr. Fátimo Aparecido Rodrigues:** “Muito obrigado pelo convite. Meus queridos vereadores, muito obrigado. Obrigado por estar aqui nesta Casa de Leis. Meus senhores e minhas senhoras, boa tarde! É com imenso prazer que recebi este convite. Falar de acessibilidade é um assunto muito interessante e importante que se a gente voltar um pouquinho no tempo, no espaço das nossas leis, vamos verificar que demorou um pouco para que a nação brasileira acordasse para este tema importante. Só para recapitulação da história, a nossa Constituição é de 1988 e ela tem um dispositivo onde dá um direito fundamental às pessoas com deficiência física, auditiva e visual. Vocês imaginem que para regulamentar a Constituição, efetivamente, deveria existir uma lei ordinária. A Constituição é de 1988 e essa lei ordinária só veio ser lançada no ano 2000. Significa que somente após doze anos, esta norma foi contemplada para o nosso país, a lei 10.098/2000. Um pouco mais adiante, nós temos a Constituição que regia esse direito. Aí veio uma Lei depois de 12 (doze) anos que normatizou aquele direito, mas aí nós temos que ter depois também um decreto que regulamente aquele direito, e pasmem, nós todos que esse decreto só saiu 4 (quatro) anos depois, que é o decreto que nós vamos verificar, quatro anos depois, em 2004, é que esse Decreto foi ser lançado. Esse Decreto regulamentou qualquer tipo de acessibilidade, qualquer tipo. Se vocês procurarem esse Decreto, e ele é explícito, vocês vão verificar que ele fala, ele dá as diretrizes do que é a acessibilidade. É o Decreto nº 5296/2004. Então, se a gente for fazer essa analogia, demorou-se um pouco, só aqui nós temos praticamente o quê? Dezesseis anos de morosidade para atender esse direito da pessoa com deficiência física, auditiva e visual. É uma morosidade, mas graças a Deus as coisas vão se contemplando. A maior dificuldade hoje do deficiente é nas cidades, é na região urbana, mas com essa fala da nossa Diretora de Habilitação, com esse novo Plano Diretor que a cidade está implantando, eu acho que é um progresso muito grande para nossa cidade de Suzano. É um progresso onde o deficiente físico, audiovisual e visual pode ser contemplado com esse benefício. Já temos algum benefício, que é o BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, que é aquele salário mínimo que é ofertado, é um direito da pessoa com deficiência, em que o Estado tem de pagar – é aquele salário mínimo para aquelas despesas necessárias para sobreviver. Também foi uma conquista, e isso engloba também além dos deficientes, os idosos. Para que a pessoa adquira esse benefício, necessariamente ela tem que procurar um Cadastro Único na cidade, que é o nosso CadÚnico, e fazer a sua inscrição para que você possa receber esse Benefício de “Proteção” Continuada. Eu acho que a maioria tem conhecimento disso, e de dois em dois anos é feita uma reformulação, um recadastramento, para que esse benefício seja realmente efetivado. Falando de uma forma geral de Leis, é isso aí a nossa história. E também, como a fala do nosso Secretário Adjunto, esse do Estado que foi o vídeo aqui, esse menino cita uma coisa muito eficaz que é aquilo que se chama inclusão social, é trazer esse deficiente para nosso meio, para a sociedade, dando trabalho, e aí é um benefício que também já foi ganho, por esse direito, porque hoje o concurso público dá o direito de 20% das vagas aos deficientes. Então, qualquer concurso público hoje tem que ter no mínimo 10% das vagas

reservadas às pessoas com deficiência física, auditiva e visual. É um progresso também, evidentemente. O que eu posso fazer numa cidade como a nossa e encontrar um obstáculo? Como é que eu posso agir diante de todos os obstáculos que as pessoas encontram pelo caminho? Existe alguma normatização que o próprio deficiente pode procurar. Não precisa nem de um advogado, pode procurar isso aí no Juizado de Pequenas Causas Cíveis, e pode requerer esse direito que você tem, que o Estado repare esse direito que você tenha. Digamos assim, eu fui a um espetáculo, e lá eu como "cadeirante" não pude acessar aquele espetáculo, porque não tinha acessibilidade. Diante daquele impasse que eu tive ali naquele momento, eu posso entrar com uma ação tanto de danos morais, como de danos materiais contra aquela entidade, contra aquele poder público, por não me dar acesso. A Lei é clara, se esses danos morais, esses danos materiais ultrapassarem 40 (quarenta) salários mínimos – aliás, até salário mínimo, eu posso recorrer a um Juizado de Causas Especiais Cíveis, que nossa cidade tem –, aí é uma ação ordinária que é em outro local, mas até quarenta salários mínimos eu posso procurar o Juizado de Causas Cíveis Especiais e ajuizar essa ação de danos morais. Se for até vinte salários mínimos nem advogado eu preciso, eu posso pessoalmente, como vítima daquele direito obstruído, procurar um Juizado de Causas Especiais Cíveis e entrar com uma ação de danos morais por aquela obstrução, a não entrada naquele espetáculo ou naquela localidade. Então, o que falta, eu acho, no meu entendimento, é promulgar isso a essas pessoas, dizer: olha, vocês têm a Lei nas mãos, vocês são fiscais que podem reverter essa situação e vocês podem cobrar de forma efetiva tanto na empresa privada como na empresa pública. A Lei ordena que vocês façam isso, é um direito. Hoje nós temos um Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência Física, nós temos aí implantado no nosso Município, e a gente quer trabalhar com esse tema nesses anos para que aqui em Suzano as pessoas que são vitimadas por esses episódios, por esse fator, tenham o maior conforto possível e tenham essa inclusão social. Estamos na Secretaria Municipal de Assistência Social à disposição de qualquer um de vocês. Lá nós temos um Conselho atuante, e qualquer deficiência, qualquer desconhecimento que vocês tiverem da Lei podem procurar o Conselho que nós estamos lá dispostos a atendê-los. Muito obrigado, essa é minha primeira fala e eu acho essa audiência pública de grande valor para nossa cidade." **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado Secretário, dando continuidade ao roteiro que a gente tem aqui, agora a gente vai apresentar um vídeo que foi solicitado pelos usuários e coordenadores do CRAS. (EXIBIÇÃO DO VÍDEO) em que mostra casos de jovens que não vão à escola, porque não há professores para acompanhá-los, pois são deficientes visual e autista. As mães dizem que gostariam de trabalhar, porém não podem, pois não têm com quem deixar os seus filhos. Falam da importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Constituição Federal, para famílias pobres com pessoas com deficiência. É lido um texto, retirado do Manifesto em defesa do Benefício de Prestação Continuada. BPC – "O art. 203, inciso V da Constituição Federal de 1988 estabeleceu "a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e de tê-la provida por sua família. A garantia do

salário mínimo prevista neste dispositivo está em consonância com o art. 25 da Declaração dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. O BPC é a garantia do cumprimento ao direito fundamental assegurado na Constituição Federal de 1988, no artigo 1º, inciso III, no qual a dignidade da pessoa humana é fundamento do Estado Democrático de Direito que envolve a garantia de uma vida digna e o respeito aos direitos das cidadãs e dos cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação. A concessão do BPC compõe o modelo do sistema de proteção social brasileiro e possibilita à população mais vulnerável, seja pela dificuldade ou impossibilidade de acesso ao mercado de trabalho, condições para uma vida minimamente digna. Atualmente, o BPC garante segurança de renda a 4 milhões e 300 mil pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência. O total de pessoas com deficiência, 2 milhões 349 mil e 905 recebem o BPC. As mulheres com deficiência também são expressivas entre os beneficiários (mais de 1 milhão). São 255 mil 963 crianças até 11 anos e 226.618 na faixa etária de 12 a 17 anos que recebem o BPC (dados de dezembro de 2016). A presença de crianças e adolescentes com deficiência em famílias pobres reduz drasticamente a capacidade de geração de renda da família, pois a necessidade de cuidados em tempo integral imobiliza a força de trabalho do membro adulto que se dedica ao cuidado, que em sua maioria são mulheres. Cabe registrar que o BPC é a única garantia de proteção social significativa às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade em suas famílias.” **VEREADOR LISANDRO:** “Muito bom o vídeo. Antes de dar continuidade aqui eu gostaria de agradecer à Dra. Sandra Nogueira, que vem representando o Fundo Social de Solidariedade de Suzano e também à Primeira Dama Larissa Ashiushi que é representada pela Dra. Sandra, e agradecer também a presença do Vereador Leandrinho, presidente desta Casa de Leis que está aqui com a gente também. Dando continuidade ao roteiro eu chamo para palestrar a Anelisa Moraes Maia, que é Coordenadora do CRAS de Palmeiras.” **Com a palavra a Sra. Anelisa Moraes Maia**: “Boa tarde a todos. Eu gostaria de primeiramente parabenizar a iniciativa da Comissão de Política Social por abrir este espaço para audiência, que é um espaço muito importante. Gostaria de ressaltar a importância da população aqui presente e dos Vereadores, para discutir um tema de tanta relevância para as pessoas que estão aqui, que muitas vezes são esquecidas. Eu queria falar um pouco sobre esse vídeo, que foi o pessoal de Palmeiras que o construiu juntamente com os usuários do CRAS. Porque o CRAS tem como atribuição fazer o acompanhamento das famílias que são beneficiadas com programas de transferência de renda e de benefícios como eles falaram ali no vídeo do BPC. Por meio desse acompanhamento, a gente faz um trabalho para fortalecimento de vínculo das famílias, para empoderamento sobre os direitos, facilitar para que elas tenham acesso aos seus direitos e às políticas públicas. Então, a gente acompanha essas famílias nessa caminhada, para o desenvolvimento de sua autonomia. Dessa forma surgiu a ideia de fazer esse vídeo como uma forma de

dar voz a essas famílias, para elas apresentarem as dificuldades que elas passam, e o quanto é importante o benefício na vida delas e assim, nós temos a oportunidade de apresentar para vocês esse vídeo. Hoje a gente trouxe as usuárias do CRAS para que elas também tenham um momento de fala, porque é muito importante a gente ouvir essas pessoas, é muito importante o Legislativo saber o que está acontecendo com essas pessoas que têm deficiência na cidade. Elas estão sendo atendidas dentro dos seus direitos? Uma pessoa com deficiência aqui consegue concluir o ensino fundamental básico? Ela consegue concluir o 9º ano? Ela consegue acessar o ensino médio? Ela consegue chegar ao ensino superior? Ela tem o atendimento de saúde necessário às necessidades dela? Ela tem acesso à renda, à moradia de forma digna? Então, a gente precisa ouvir muito essas pessoas, se apropriar da situação delas para construir uma cidade acolhedora para todos. Porque a cidade não é feita só para a maioria, ela tem que ser feita para todos em suas diferentes necessidades. Eu gostaria de fazer um paralelo com esse vídeo e a Lei Brasileira de Inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão também é conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ela foi feita em 2015, e é importante que todas as pessoas tenham informação e acesso a essa Lei tanto a população quanto quem está no Legislativo, que tem como função de fiscalizar. Essa Lei está sendo implementada no nosso Município? Como que está isso? Eu fiz uma apresentação em slides sobre essa Lei. (Exibição dos slides. Nota da taquigrafia.) “Então essa Lei, por exemplo, ela fala da questão da habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. É responsabilidade do Poder Público ofertar essa habilitação e reabilitação. Antigamente, na história da evolução das pessoas com deficiência todo atendimento das pessoas com deficiência ficava relegado às igrejas, às entidades de fins filantrópicos, então era tudo feito de forma através de doações, não existiam Leis para atendimento, mas hoje existe Lei e a responsabilidade é do Poder Público, de ofertar tudo o que é necessário para a habilitação e reabilitação dessas pessoas. Então o que a Lei Brasileira de Inclusão fala sobre isso. Em seu artigo 14, ele fala: ‘O processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência. **Parágrafo único**. O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.’ Então, a habilitação e reabilitação é o desenvolvimento de potencialidades da pessoa com deficiência. E quem é responsável por fazer isso? Todas essas políticas públicas. Normalmente, quando a gente fala em reabilitação as pessoas pensam logo na política de saúde, que tem que ter um centro de reabilitação, mas a Lei deixa claro que não é um papel só da política de saúde, é um papel de todas as políticas públicas. Porque todo lugar que a pessoa com deficiência conseguir acessar, se ela entrar num curso de qualificação profissional, se ela for fazer um curso de pintura, se ela for fazer um voleibol, todo lugar que ela acessar ela está desenvolvendo sua potencialidade. Então a habilitação e reabilitação é um dever do Estado e de todas as políticas públicas. Em seu artigo 2º , parágrafos primeiro e segundo dizem assim: ‘§ 1º A avaliação da deficiência, quando

necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação. § 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência'. Então quando a gente fala de Poder Executivo a gente está falando da Prefeitura. É importante que se tenha esse serviço de avaliação da situação da pessoa com deficiência, porque às vezes dependendo do que ela quer fazer ela precisa de uma avaliação, por exemplo, se ela quer fazer um determinado esporte, será que ela tem condições físicas? Será que não vai prejudicar ainda mais a estrutura física dela? Então, muitas vezes se precisa de uma avaliação por essa equipe multidisciplinar, e aí é dever do Poder Executivo ter essa estrutura para fazer essa avaliação. Então, dentro dessa Lei de Inclusão ela trata de todos os pontos e de todas as políticas públicas. Passando de slide, por exemplo, fala sobre Assistência Social e oferta o BPC, que o Secretário Fátimo já falou. A Assistência Social oferta o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que são projetos que atendem crianças e adolescentes, idosos, jovens e adultos, e todos esses serviços devem estar adaptados para receber as pessoas com deficiência, isso também é uma forma de fazer a habilitação e reabilitação dessas pessoas. No capítulo III, por exemplo, dessa Lei, que fala sobre o direito à Saúde. '§ 4º As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar: I - diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar; II - serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida; III - atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação; V - atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais'. Porque a gente não pode se esquecer da sobrecarga que os cuidadores muitas vezes vivenciam ao cuidar de uma pessoa com deficiência, então como foi falado no vídeo muitas vezes a mãe, que normalmente é a principal cuidadora fica o tempo todo com aquela criança, adolescente ou adulto, então esse cuidador também precisa de cuidados. O inciso VIII: 'Informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde; X - promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais; XI - oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde. **Art. 21**. Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.' Então, eu estou mostrando alguns pontos dessa Lei da Inclusão, na verdade ela é muito grande, não vai dar tempo de apresentarmos todos os pontos, mas estou mostrando alguns que achei relevantes. O capítulo VI, fala do direito ao trabalho. '**Art. 35**. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de

trabalho. **Art. 36**. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse**. § 1º** Equipe multidisciplinar indicará, com base em critérios previstos no § 1º do art. 2º desta Lei, programa de habilitação ou de reabilitação que possibilite à pessoa com deficiência restaurar sua capacidade e habilidade profissional ou adquirir novas capacidades e habilidades de trabalho. **§ 2º** A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho. **§ 3º** Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica, a fim de que ela possa ser capacitada para trabalho que lhe seja adequado e ter perspectivas de obtê-lo, de conservá-lo e de nele progredir.' E o outro slide fala sobre o direito à cultura, esporte, lazer e turismo. '**Art. 43.** O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo: I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas; II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.' E fora isso, tem o direito à Educação, tem o direito à Moradia, à Previdência, ao Transporte e Mobilidade, acesso à informação e comunicação, acesso à Justiça dentre vários outros que são citados nessa Lei. E o que a gente precisa pensar? Nosso Município está ofertando isso para as pessoas com deficiência? É importante construir espaço para se discutir sobre isso, não só discutir, mas realmente tomar algumas providências. Voltando, por exemplo, para a apresentação do nosso vídeo, a Gisele que foi a menina com deficiência visual que apareceu com a mãe dela. A Gisele falou no vídeo que gostaria de ser professora, e a gente acompanha essa família, a Gisele já saiu do ensino médio, ela terminou o terceiro ano, onde ela fazia aulas de Braille. Ela saiu da escola e hoje em dia ela não tem acesso a mais nada. Ela não tem mais aulas de Braille em lugar nenhum, ela quer fazer um curso de computação, a gente do CRAS procurou para ela um curso de computação acessível e não encontramos em lugar nenhum, ou seja, essa menina está em casa, com 19 ou 20 anos, ela não sai para fazer curso nenhum, ela não tem nenhuma atividade que seja ofertada. Então, quando a gente pergunta dessa habilitação e reabilitação, cadê? Como é que essa menina vai entrar no mercado de trabalho? Como ela vai ter convívio com outras pessoas sem ter continuidade a essa habilitação e reabilitação, que é o papel de todas as políticas públicas? O Antonio, filho da Silvaneide, que ela falou que é um menino autista. O Antonio frequentava a rede Municipal de Educação. Foi para a escola

Estadual, não está mais frequentando a escola, por falta profissional especializado. Esse menino está fora da escola, esse menino não tem um atendimento especializado de saúde, ele não faz nada. Cadê o processo de habilitação e reabilitação? É dever fiscalizar e melhorar as políticas públicas do Município. O que muitos Municípios têm feito, por exemplo, é implantar uma Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, ou então eles implantam uma Coordenadoria da Pessoa com Deficiência para organizar essas questões dentro do Município. Eu acho até que é uma forma que alguns municípios têm relatado que tem dado certo, porque a Secretaria coordena todas as políticas públicas para ver o que está acontecendo e o que precisa acontecer. Então eu já estourei meu tempo, essa era a minha contribuição. Obrigada."(aplausos) **VEREADOR LISANDRO: "**Obrigado, Anelisa Moraes Maia. Quero aproveitar, Anelisa, para reiterar o compromisso da Câmara de Vereadores em poder atuar nessas questões, a gente sabe que é uma condução feita pelo Poder Executivo, mas tenho convicção de que todos os Vereadores que estão aqui presentes estão dispostos além de ouvir aqui, como a gente está hoje, tentar atuar mais nessas questões e na atuação junto à Prefeitura Municipal. Dando continuidade agora, eu vou chamar para palestrar a Maria Fátima Silva Matias, do CRAS de Palmeiras. **Com a palavra Sra. Maria Fátima Silva Matias: "**Primeiramente, boa tarde a todos. Eu quero agradecer esta oportunidade, porque todos nós que estamos aqui, que somos pais, mães de crianças especiais, adultos, adolescentes sabemos a dificuldade que é ter uma pessoa com alguma deficiência em casa, deficiência física, deficiência intelectual, deficiência visual, qualquer tipo de deficiência, é muito difícil. Tem muitos direitos, mas, na verdade, quando a gente vai atrás dos direitos são poucos, todos os pais e mães que têm uma pessoa com deficiência em casa sabem disso. Eu gostaria de pedir que a Prefeitura ajudasse mais, olhasse mais por nossas crianças, nossos adolescentes, nossos idosos, pois há também idosos com deficiências, com algum tipo de deficiência, cadeirantes, qualquer tipo de deficiência. Minha filha tem 13 anos, tem Síndrome de Down, mas eu enfrento muitas dificuldades, muito preconceito. A escola que minha filha estuda é o Euclides Igesca, na Vila Fátima, aqui em Suzano. Tem o Vereador daqui, Toninho Morgado que dá aulas lá. Então a minha filha teve aula, acho que está geral aqui em Suzano, sem cuidador para as crianças especiais, e é muito difícil para a gente deixar eles em casa, porque já não tem muita coisa, e a gente quer que nossas crianças aprendam a ler, escrever, porque eles têm capacidade. Eles têm as limitações deles, mas eles têm capacidade de aprender a ler, escrever. Nós temos que ter a consciência que nós vamos preparar nossos filhos para o futuro. Nós temos que lutar, nós temos que batalhar pelos direitos deles, porque eles não vão nos ter por toda a vida, para quando a gente faltar, eles saberem se virar, eles poderem trabalhar. Eu quero que minha filha trabalhe, que minha filha tenha um emprego numa empresa, porque como já foi falado aqui, as empresas têm uma cota para os deficientes, e eu quero que minha filha cresça. Ela já sabe ler, ela lê bem, muita gente fica admirada, com as limitações, mas ela lê muito bem. Então eu quero que minha filha cresça, e quando ela terminar o ensino fundamental que ela trabalhe, que ela possa até fazer uma faculdade se for possível! Eu sei que não é fácil, mas eu tenho lutado por isso e vou continuar lutando pelos

direitos da minha filha. Eles estão sem aulas desde o dia 29 de março, porque o contrato dos cuidadores venceu dia 29 de março e a licitação é demorada, o pregão é demorado, a gente sabe disso, mas é também um pouco de falta de interesse, porque poderiam ter feito antes isso. Agora voltaram os cuidadores, na quarta-feira, só que já faltou, ontem teve, hoje teve, vamos ver como é que vai ser. Nós estamos esperando os cuidadores continuarem firmes. E é isso, eu quero agradecer esta oportunidade de falar para os pais e para as mães que não desistam, lutem pelos seus filhos! Lutem pelos direitos de seus filhos! Eles têm muitos, mas na verdade na prática são poucos. Muito obrigada." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO:** "Dando continuidade vou chamar para a tribuna a Aline de Lima Soares Ferreira, do CRAS de Palmeiras." **Com a palavra a Aline de Lima Soares Ferreira: "**Boa tarde. Queria agradecer a oportunidade de falar. Eu tenho um filho que tem paralisia cerebral, devido à irresponsabilidade do Hospital do Município, porque ele passou do tempo de nascer, eles não me internaram e nisso ele teve a paralisia. Ele fez os exames com o neuro que detectou que foi a falta de oxigênio que causou a paralisia nele. Desde então, eu venho lutando com ele por fisioterapia, para passar com ortopedistas, com especialistas, e aqui na região é muito difícil. Ortopedista de paralisia não tem, não tem ninguém apto a entender o caso dele. Eu fui conseguir o tratamento dele, por conta própria, em São Paulo, e é longe. Ele tem dificuldade de andar, para a gente chegar às consultas de manhã a gente sai às 4 (quatro) horas da manhã. Tem aquele transporte, que passa de bairro em bairro, só que ele chega muito tarde no horário das consultas, e isso dificulta, porque querendo ou não, ele tem escola, se a gente for ficar dependendo desse transporte que nos leva a gente fica o dia inteiro naquele hospital. Ele também conseguiu o tratamento com o otorrino lá, porque aqui não tem um médico descente. E eu queria que tivesse ao menos um centro de reabilitação que fosse especializado em crianças que têm paralisia, porque ele tem suas dificuldades, ele tem suas limitações, e é difícil para ele conseguir alguma coisa tão longe daqui, sendo que aqui não tem. Muita gente fala para mim por que você não fez nada referente ao descaso? Isso não fazer melhorar as perninhas dele. Ele já passou por uma cirurgia, ele vai fazer outra só com 10 (dez) anos. A limitação dele de andar é muita. Ele é superinteligente, porém tem um dos sintomas dos autistas, que é referente ao incômodo com barulho. Graças a Deus a médica disse que ele não tem autismo, porém ele teve essa lesão no cérebro, então a gente não pode deixar de lado. Ela falou que eu preciso conseguir um psicopedagogo para ele, e eu descobri que não tem gratuito, só tem particular. Eu não consigo trabalhar, porque minha vida é correr com ele para médicos. Ontem eu confundi a data do médico. Era hoje a consulta dele para fazer a audiometria, e eu fui ontem. Eu comecei a chorar, porque são muitos médicos: é neurologista, ortopedista, fisioterapeuta; eles pedem natação, pedem fonoaudióloga, e eu nunca consigo, e nunca tem vaga e quando passa na fono ela fala que não precisa, só que o neuro fala que precisa. Ele precisa de muitos médicos e é difícil. Eu queria que aqui tivesse um pouco mais de apoio para as mães, que têm crianças com deficiência, porque olhando meu filho você não vê que ele é especial, mas ele é. E ele sofre muito preconceito nisso e ele tem muita dificuldade de conseguir as coisas. Obrigada." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado, Aline. O Dr. Fátimo e o

Vereador Carlos José da Silva têm compromissos, fiquem à vontade se precisarem sair. Dando continuidade às palestras passo a palavra a Cristiane do CRAS do Boa Vista." **Com a palavra a Sra. Cristiane Pereira:** "Boa tarde a todos, eu queria agradecer a oportunidade de falar também. Bom, eu tenho um filho com uma síndrome rara, chamada Síndrome de Williams, é uma Síndrome ainda pouco conhecida. Agora que ela está se tornando mais conhecida. Eu queria complementar também a fala da colega anterior, da mãe anterior, porque realmente a dificuldade de especialistas na região atrapalha muito o desenvolvimento dos nossos filhos. Eu tive muita dificuldade de conseguir o diagnóstico do meu filho por não ter profissionais com capacitação para identificar essa Síndrome. Eu tive que buscar muito em São Paulo, passei por vários médicos até conseguir. Gostaria também de falar não só sobre meu filho, mas sobre as barreiras que nós encontramos que são muitas em comum. Ele precisa de atendimento, precisa de atendimento multidisciplinar, que aqui nós não conseguimos especialistas, muitas vezes a gente não consegue vagas, temos que nos locomover para São Paulo, é muito difícil, muitas vezes a gente não consegue vaga, até mesmo o atendimento com fonoaudiólogo que tem na região é muito fora de mão, eu moro no Miguel Badra tenho que me dirigir até o Posto Alterópolis que é contramão, é muito demorado, você perde ônibus, chega atrasada, acabo perdendo a consulta, sendo que eu tenho um posto ali, que é referência lá no Boa Vista que é bem mais próximo e não tem atendimento lá. Tinha o profissional, não tem mais. Encontramos muita dificuldade em conseguir o bilhete especial. Ano passado teve um período que ficou sem o perito aqui no posto central e isso prejudicou muito na solicitação do bilhete, atrasou muito o processo, é muita burocracia, é muito demorado e nós precisamos, porque a maior parte dos atendimentos que nós precisamos para nossos filhos são fora do Município. Outro item também é referente ao cuidador. Praticamente, todas as mães, em algum momento, tem lá alguma reclamação sobre o cuidador. Geralmente falta o profissional, e quanto tem, às vezes, o profissional não é bem orientado, não tem a qualificação adequada para atender as crianças. Você vai se dirigir à escola para fazer a solicitação, você é orientado a buscar os seus direitos por meio da Justiça, procurar a Defensoria Pública que também é muito demorada. E eu gostaria de deixar um recado aqui para nossos representantes, os representantes da população, que procurem tratar de uma forma mais específica possível as necessidades. Nós temos muitas pessoas com deficiências aqui na região. Então precisam ser pensadas políticas públicas que já incluam essas necessidades, precisam identificar qual a real necessidade da população, e não reparar posteriormente alguns problemas que venham a acontecer, mas sim pensar em políticas que já englobem as necessidades. Nós temos muitas pessoas com várias necessidades especiais em Suzano, e nós queremos não apenas o direito para essas pessoas, queremos uma vida digna e com qualidade, porque inclusão também é ter uma vida digna. Nos foi concedido pelo CRAS Boa Vista um transporte, mas o transporte não era adaptado e um rapaz que faz uso de muletas precisou subir sentado no ônibus para estar aqui hoje. Então é necessário que a pessoa com deficiência tenha, além dos seus direitos garantidos, a dignidade para sobreviver. Muito obrigada." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO: "**Obrigado Cristiane Pereira, do CRAS do Boa Vista.

Chamo para falar a Maria Aparecida Botaro, do CRAS Casa Branca." **Com a palavra Maria Aparecida Botaro** (cadeirante)**:** "Boa tarde. Todos aqui sabem que o que mais a gente precisa é que as Leis sejam cumpridas. Todos esses direitos já estão garantidos, então a gente precisa que as Leis sejam cumpridas, temos o direito de ir e vir, de cotas no serviço. Nós temos todos esses direitos, mas é difícil as Leis serem cumpridas. Precisamos que tenha mais apoio nos Conselhos, Conselho da Pessoa com Deficiência, como tudo está sendo bem negligenciado, tem que ter mais apoio sim, porque a única maneira da população conseguir falar com os Órgãos Públicos é através dos Conselhos. Eles não dão um amparo melhor para que o Conselho funcione, muitos nem conhecem o Conselho da Pessoa com Deficiência, precisa ser mais divulgado. No ano passado não conseguiram nem nomear as pessoas para compor esse Conselho. Todos os outros Conselhos conseguiram pessoas para nomear, menos o Conselho da Pessoa com Deficiência. Quando foram nomeadas as pessoas para o compor faltavam dois meses para ser encerrado. Novamente foi feita uma eleição e foi feito um Conselho. Sempre tem a dificuldade de não ter intérprete de Libras, de não ter uma sala adaptada. E é nesseConselho que se consegue dizer tudo o que está acontecendo, as pessoas nem mesmo conseguem fazer o Conselho para que possamos nos pronunciar. Então, eu acho que está faltando um pouco de olhar para a pessoa com deficiência em todos os sentidos. Porque todos esses direitos, tudo o que falaram aqui é garantido e precisa que a Lei seja cumprida. E uma das maneiras de a gente conseguir que a Lei seja cumprida é através dos Conselhos." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO: "**Obrigado Maria Aparecida Botaro. Só por curiosidade, é uma curiosidade minha, tem alguém do Conselho da Pessoa com Deficiência aqui hoje? Tá. E dando continuidade, agora eu chamo a Sineusa Pereira da Silva, do CRAS Boa Vista." **Com a palavra a Sra. Sineusa Pereira da Silva:** "Boa tarde a todos. Eu me chamo Sineusa Ferreira Souza, eu sou mãe de uma pessoa com deficiência intelectual, e na escola há muita dificuldade. Meu filho está afastado da escola há dois meses por não ter cuidadores. Como uma das mães acabou de falar, o cuidador retornou, mas eles mandaram um cuidador para cuidar de uma pessoa de 13 anos, que teria Down, e eu falei essa pessoa não é meu filho, meu filho vai fazer 16 anos e não é Down. Aí resolveram e semana que vem ele retorna. E também sobre os médicos, aqui não tem tratamento para o Felipe. O Felipe se trata lá em São Paulo também, aqui não tem neuro para o Felipe, não tem psicólogo. Aqui é só a escola, mas o Felipe vai para a escola, isso dói muito em mim, mando para a escola às 7 horas, quando é 10 horas vou lá para medicá-lo. Quando eu vou medicar eles querem que eu o traga para casa, e ele gruda lá porque ele não quer vir, então a Diretora e o cuidador forçam o aluno a vir embora, aí eu o trago para casa despedaçada, você entendeu? Isso é muito triste. Eu estou aqui hoje para pedir ajuda. Ajudem-nos, nós mães de pessoas com deficiência, tanto nas escolas como fora das escolas, para os hospitais, nós necessitamos de ajuda! Somos carentes de ajuda, somos carentes que olhem por nós. Não é fácil ser mãe de uma pessoa com deficiência, eu dou minha vida para o meu filho o tempo todo, sou eu, ele, Deus e meu outro filho, mas quem cuida dele sou só eu e não é uma tarefa fácil, é muito difícil, entenderam? Também ficamos um tempo sem transporte e

ninguém nos dava satisfação. Você cobrava, aí um dia eu fui a uma reunião no CRAS e chegando ali a Tati perguntou: e aí, o Felipe está indo para a escola? E eu falei: não está indo porque não tem transporte. Aí ela pegou o telefone imediatamente e ligou na escola e ali ela falou com a Diretora. E quando foi à tarde a resposta chegou a minha casa que já havia o transporte. Às vezes tem as coisas, mas eles não querem muitos deficientes na escola. Eles querem que saiam antes do tempo, eles querem que o Felipe saia às 10 horas, mas que eu o traga, sendo que tem o transporte. Ai o tio da van falou que para pegar o Felipe às 10 horas tem que o Diretor da escola fazer um documento e mandar para a Secretaria, e aí ele vai lá e retira o menino. Eles falaram que não, que eu é que tenho que ter uma conversa com o tio, e eu disse que não funciona assim, é tudo documentado. E agora eu falei, eu não sei, semana que vem o que eu vou fazer, meu Deus? Eu não posso ficar indo e voltando, para medicar e depois buscar, eu não posso. E o transporte tem saída para levar o Felipe e me entregar de volta, ele tem que sair 12h20, porém lá na escola não aguentam ficar com ele o período todo. Então eu estou aqui hoje pedindo ajuda, nos ajudem nessa parte da escola e de médicos. Eu agradeço a oportunidade." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado, Sineusa. Antes de passar a palavra para alguns representantes aqui, eu gostaria de registrar, até em resposta a vários apontamentos que foram feitos aqui, em relação a questões de Saúde e Educação. Os Secretários das respectivas Secretarias foram convidados para estarem presentes aqui hoje, mas infelizmente não estão. Fica meu protesto de queixa, na verdade, em relação a isso, eu acho que é um tema importante que deveria estar sendo debatido e respondido por algumas autoridades, que infelizmente não estão aqui presentes. Quero agradecer mais uma vez ao professor Fábio Machado da Silva, do Instituto Federal de São Paulo, que felizmente nos auxiliou aqui nessa dificuldade que a gente aqui do Poder Público enfrenta também. O Vereador Rogério da Van apresentou um projeto no início do ano, falando sobre a criação de intérpretes dentro da Câmara Municipal. Infelizmente hoje a gente não tem, esse projeto está tramitando, a gente tem intérpretes apenas na Prefeitura de Suzano. Solicitamos, e com muita cortesia eles informaram para a gente a dificuldade de apresentar os intérpretes porque eles estavam em outras tarefas hoje, mas é para dividir com vocês as dificuldades que a gente também passa nesse sentido. Por mais que a gente quis promover essa audiência pública para tentar debater e fortalecer esse debate, e ajudar essa causa de tantas pessoas que estão sofrendo com esses problemas, a gente também sofre com esse problema. Felizmente o Instituto Federal cedeu esses dois intérpretes que estão aqui hoje com a gente para conduzir a palestra para os surdos. E aí, na oportunidade eu quero pedir a palavra do professor Fábio Machado da Silva, que é Diretor Educacional do Instituto Federal de São Paulo." **Com a palavra o Professor Fábio Machado da Silva:** "Boa tarde a todos. Vereador Lisandro, obrigado pelo convite. Em primeiro lugar, parabéns pelos trabalhos da Comissão Permanente de Política Social, que está promovendo esse importante espaço para discussão, que é o primeiro passo para a gente tentar resolver e tentar trazer uma vida melhor para as pessoas que estão precisando. O Instituto Federal de São Paulo é uma instituição que oferece cursos técnicos, graduação e superior e pós

graduação, e no ano passado nós recebemos 6 (seis) alunos surdos. Eu quero nortear essa contribuição rápida, contando um pouco das nossa experiência e nossas dificuldades que nós enfrentamos no ano passado para que pudéssemos nos adaptar e oferecer uma educação de qualidade para esses seis alunos que entraram. Antes de falar dessa experiência eu trouxe rapidamente alguns números sobre a comunidade surda no Brasil. Hoje nós temos aproximadamente 10 (dez) milhões de surdos no Brasil, isso representa aproximadamente 5% (cinco) da população brasileira, e no ensino superior, o último dado informado pelo INEP 2015 houve 2.398 (dois mil, trezentos e noventa e oito) surdos que ingressaram no ensino superior, isso equivale a 0,02% da população surda brasileira. Em contra partida, considerando todos os estudantes, independente de deficiência ou não, foram 6 (seis) milhões, o equivalente a 3% (três) da população. Isso é um indicativo bem claro de que a população surda do nosso país não está ingressando da forma como nós gostaríamos que eles ingressassem no ensino superior. Isso, claro, impacta, não apenas no ensino superior, mas desde a escola de base, como nós ouvimos aqui relatos. Isso vem lá de trás, não houve estrutura no ensino fundamental, na educação básica, no ensino médio. Como que o deficiente, o surdo conseguirá entrar então no ensino superior sem base, sem apoio? Porque Lei por Lei nós temos, muito obrigado, temos bastante até, cumpri-las é nosso grande desafio, e cabe ao Poder Público estar atento, a fiscalizar e fazer com que essas Leis sejam de fato cumpridas. No Instituto Federal, no ano passado, nós tivemos, infelizmente, 70% (setenta) de evasão. Dos 6 (seis) alunos surdos, nós temos hoje 2 (dois). Eu fico emocionado, porque a vida dessas pessoas também é nossa responsabilidade. Estão em nossas mãos a educação, a segurança, políticas públicas de qualidade. Quais as dificuldades que nós tivemos? Intérpretes, inicialmente. Hoje nós temos dois, mas tínhamos um para seis surdos em cursos diferentes, não dava para fazer muita coisa. Para conseguirmos mais um intérprete foi uma luta. Daí a dificuldade, às vezes, a comunidade imagina que seja falta de vontade da escola, falta de vontade do professor ou do Diretor, mas é algo muito maior, a dificuldade que a gente enfrenta para conseguir recursos, para conseguir uma infraestrutura suficiente é muito grande! As nossas escolas, sejam do Município de Suzano ou do país inteiro não têm estrutura, não têm recurso, ou se tem recurso não é bem aplicado para que a gente possa usá-los e de fato oferecer uma educação de qualidade. O papel do Poder Público é promover uma inclusão, mas não uma inclusão dissimulada, não basta o aluno estar em sala de aula. Colocar alunos em sala de aula é fácil, Vereador, fácil. Colocar em sala de aula e pronto. Será que ele de fato está incluído? É uma inclusão real? Isso não é questão de solidariedade, isso é questão de direito, como bem a psicóloga Anelisa falou agora pouco, é direito, não é solidariedade, não devemos ter pena, nem dó. Devemos respeitar os direitos dessas pessoas e promover esses direitos, executar esses direitos na prática. A gente precisa que as Prefeituras e os Estados e o Governo Federal comecem a perceber e a valorizar mais essa questão social, no caso específico das pessoas surdas, concursos públicos para intérpretes. Estava conversando agora a pouco com a psicóloga como é difícil conseguir um intérprete de LIBRAS! Isso não deveria ser assim, ao contrário, eu quero, poxa, a gente vai ter um evento aqui na Prefeitura, qual intérprete que

pode ir? Que tenha vários, que tenha o suficiente, nós temos equipe suficiente para oferecer, e não é essa a realidade. Cadê os concursos públicos para os intérpretes de LIBRAS, cadê? Aí vai, tapando buraco, aparece uma vaga ali, depois coloca outra ali, mas de fato investir numa formação humana e capacitada, porque não adianta a gente colocar e indicar uma pessoa que não tenha qualificação. Porque não vai adiantar nada, isso se estende para os surdos ou para qualquer outro atendimento, para qualquer outra deficiência. Então, meu apelo a esta Casa é que a gente comece a dar mais atenção e mais respeito as nossas pessoas que precisam de respeito e precisam de atenção. Muito obrigado!" **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado professor Fábio, que é Diretor Educacional do Instituto Federal a qual mais uma vez relevo o nosso agradecimento por ter concedido os intérpretes aqui hoje, permitindo que a gente consiga acessar todo esse público na palestra. E quem não falou ainda aqui da mesa, que é a representante da Primeira Dama Larissa Ashiushi e representante do Fundo Social de Solidariedade de Suzano, Dra. Sandra Nogueira." **Com a palavra Dra. Sandra Nogueira:** "Primeiramente eu quero agradecer imensamente essa oportunidade de estar aqui. Agradecer ao Lisandro que está presidindo essa Mesa, e dizer da importância desse momento aqui para nossa cidade. Eu falo em meu nome próprio, como defensora dos direitos das mulheres da nossa região. E também agora, nesse ano de 2018, abracei a causa da questão dos surdos. Na minha vida profissional sempre me limitei a atuar no combate à violência, mas temos um curso ligado no Saspe que é o Curso de Promotoras Legais Populares, que leva Direito e noções de Direito para as mulheres, no qual o Lisandro nos honrou com uma palestra no ano passado. Nesse curso, a gente ensina, durante oito meses, Direito para as mulheres, e vieram se inscrever algumas surdas, foi quando eu me deparei com o grave problema, porque até então nunca havia chegado essa causa até mim. Sou militante aqui há muitos anos. Então, vejam vocês, eu sou do Poder Público agora, sempre foi uma luta da Ordem dos Advogados do Brasil, eu sou voluntária nesse projeto há 20 anos, mas neste momento eu assessoro a Primeira Dama da cidade. Aí eu cheguei para nossa Primeira Dama e disse para ela: temos alunas surdas, o que vamos fazer? Foi quando eu levei, como diz na gíria, um tapa na cara, e falei: a gente vai ter que dar um jeito, nós não vamos poder falar para essas moças: olha, voltem outro dia. Nós vamos ter que recepcionar essas meninas. Foi quando eu encontrei com uma amiga minha, que está aqui hoje, a Claudinha, ela é funcionária pública, concursada, e ela veio, gentilmente, está fazendo a tradução de LIBRAS para essas alunas no nosso curso de Promotoras Legais Populares. Mas vejam vocês, como foi muito bem falado aqui, e eu estou aqui o tempo todo anotando, eu não estou em rede social, eu anotei tudo o que foi falado aqui. Eu queria dizer para as mães e para vocês que estão atrás aqui de mim, que a Primeira Dama e eu temos essa causa como a nossa luta também. Eu também me emociono muito, como o colega Paulo falou ali, porque é impressionante que depois de 16 (dezesseis) anos da Lei da LIBRAS a nossa cidade ainda não contempla essa questão. Vejam bem, eu sou funcionária pública pode ser que amanhã eu não seja mais até, de estar falando o que estou falando aqui, mas eu digo para vocês em nome da Larissa, Primeira Dama, e em meu nome próprio, nós não temos como dever institucional de atuar

nessa área, porque existe a Saúde, existe a Educação, e outras Secretarias que têm como dever institucional lutar por essa causa, mas nós já iniciamos, de uma maneira até meio simples, mas efetiva, um trabalho de inclusão no nosso curso de Promotoras Legais Populares, e gostaria de ao final desta audiência, as mães aqui atrás, por favor, entrem em contato comigo, eu vou passar o meu contato, porque nós justamente fizemos um evento no dia 24 de abril, comemorando os 16 anos da LIBRAS, e nós fizemos dentro do curso das Promotoras Legais o lançamento de dois cursos para a comunidade surda. Um é só para surdos. A Claudinha vai fazer a tradução entre a profissional que vai ensinar para os surdos HTML, em outras palavras, nós vamos ensinar para os surdos um curso para eles poderem fazer sites, e poderem através desse curso fazer uma geração de renda para eles. Vamos futuramente trazer o Sebrae, para poder atuar também e para prepará-los com o curso já feito, eles vão ter uma técnica do SEBRAE para poder vender esse produto e eles poderem ser um micro empreendedor individual, por exemplo. Então nós vamos fazer esse curso só para surdos, e vamos fazer um outro curso que se chama Noção em LIBRAS. Estes dois cursos são uma ação do SASPE, nós precisamos avançar nessa causa. Tudo o que foi falado aqui nós assinamos em baixo. As Leis que nós temos no nosso país são suficientes, as nossas Leis não precisam de mais nada. O que nós precisamos é de mobilização. Essas mães que estão aqui são poucas, mas são suficientes para levar o recado para todos nós de que essa causa não pode ser dessas mães só, tem que ser de toda a sociedade. Eu digo a todos vocês que estão nesta plateia hoje e digo às mães que me procurem ao final dessa fala, nós temos que conversar sim. Parabenizo mais uma vez essa organização e digo que anotei tudo aqui, que eu vou fazer um relatório para a Primeira Dama, para encaminhar esse relatório desta audiência Pública para os Secretários de Saúde e para o Secretário de Educação, porque é importantíssimo, e já demorou 16 anos estarmos aqui lutando por essa comunidade. Essa era a minha fala aqui, em nome da nossa Primeira Dama. E digo que ela só não está aqui nesse momento, porque ela está num evento agora no Teatro Armando de Ré, que vai ser promovido com o casamento comunitário das noivas, mas estou aqui para falar em nome dela. Muito obrigada.”(aplausos) **VEREADOR LISANDRO:** “Obrigado Dra. Sandra. Então a gente encerrou as falas da Mesa, agora a gente vai fazer abertura para perguntas, e por uma questão de organização a gente pediu para que as perguntas fossem coletadas por escrito. Eu acredito que se tiver algum de vocês para fazer pergunta, por favor se posicione que a gente leva papel até aí, e para otimizar o tempo, eu dei uma olhada nas perguntas que vieram e eu, como é direcionada a mesma pessoa e mesmo sentido, vou tentar fazer as perguntas de uma vez. Uma das perguntas é da Euídes e a outra pergunta é da Rute Peruche, ambas são para a Eliene, porque eu entendo que falam aqui de problemas de estrutura da cidade. A Rute Peruche pergunta o seguinte: Qual a posição do Governo Municipal com relação às calçadas da cidade, buracos, desníveis, elevações feitas pelos comércios e a falta de rampas, e as dos bares que estão utilizando as calçadas para colocarem mesas e cadeiras dificultando as passagens? E a pergunta da Euídes, que eu entendi ser semelhante também, é: Gostaria de saber por que aqui em Suzano não possui fiscalização em mais

estabelecimentos sem as devidas acessibilidades, como também os serviços públicos, como academias ao ar livre, algo que o deficiente não consegue usar. Outros exemplos que ela deu, balcões de atendimento sem a parte rebaixada. Ela citou alguns exemplos aqui, mas não consegui entender, banheiros que estão quebrados ou fora do padrão de acessibilidade?" **RESPOSTA DA SRA. ELIENE CORREA:** "Há duas questões aí importantes, a primeira delas, acho que vou começar pela questão das calçadas, porque é o ponto que nós, como eu comentei em minha fala inicial, nós estamos agora nesse momento discutindo. Ela perguntou qual é o posicionamento da Administração e nós não temos ainda esse posicionamento, porque nós estamos justamente nesse momento estabelecendo esse impacto coletivo. Nós temos feito algumas discussões, hoje mesmo pela manhã houve um encontro em que o grupo de discussão da Lei de Uso juntamente com a sociedade civil, teve participação aí da Associação de Engenheiros, o pessoal da OAB também tem participado. E a gente tem colocado algumas problemáticas em relação às calçadas. Do ponto de vista da Lei de Uso, o que nós temos colocado é que o principal é ampliar o espaço do pedestre. Então hoje na cidade a gente tem calçadas muito pequenas, muito estreitas, com grande dificuldade de desnível, porque cada um faz a entrada de estacionamento na porta, tem o rebaixamento, então é muito difícil para qualquer pessoa. Se para nós que não temos nenhuma deficiência já é difícil, imaginem para quem tem algum problema de mobilidade, não só cadeirantes, mas também uma pessoa mais idosa que tenha algum tipo de dificuldade para andar. Então, o que nós temos pensado são algumas estratégias para estabelecer, primeiro, padrão de calçada mais larga, em que a gente tenha a possibilidade de ter um caminhar mais tranquilo, a passagem de um cadeirante com mais facilidade, tirar alguns obstáculos das calçadas. Veja como a calçada é um espaço estreito, você tem uma pessoa passando, você tem uma lixeira, às vezes você tem um equipamento público, um mobiliário público, às vezes tem um poste no meio, e a pessoa não consegue passar, então são fundamentais as estratégias que nós estamos colocando para tentar ampliar o tamanho da calçada. Como isso vai ser feito ainda é uma discussão. Se vai ser uma questão obrigatória para novos empreendimentos, ou se nós vamos trabalhar a partir de alguns benefícios para quem fizer uma calçada mais generosa, ainda não está definido, mas a estratégia primeira é ampliar o espaço da calçada. Existem outras discussões que quem tem responsabilidade sobre a calçada? Em vários momentos alguém me pergunta, olha, quem tem que cuidar da calçada? A calçada está esburacada, de quem é essa responsabilidade? Hoje, pela nossa legislação não só no Município, mas as nossas legislações Federal e Estadual, a responsabilidade de cuidar do calçamento é do proprietário do lote. Então, o proprietário do lote é o responsável em cuidar da calçada que está à frente do seu lote, de cuidar no sentido de não ter buracos, de fazer a manutenção e tudo o mais. Mas o Poder Público tem uma responsabilidade de dar o padrão e de fiscalizar essa questão. Então eu vejo hoje claramente que nós somos falhos, e muito falhos, não só em Suzano, mas na maioria das cidades do país, é na questão da fiscalização, porque nós não temos pernas para fiscalizar. Então, se você for contar a Prefeitura de Suzano inteira deve ter não mais do que quinze fiscais, para todos os tipos de fiscalização, ambiental, de obras, tudo o que

refere ao bom uso da cidade, nós não temos fiscais para fazer isso, então, um dos aspectos mais importantes é estabelecer estratégias de fiscalização, que começa não só com parcerias como, por exemplo, com o CRECI, com a Associação de Engenheiros, mas também em parceria com a própria sociedade, com a própria comunidade. Então aspectos como os que nós estamos falando hoje, de saber de quem é a responsabilidade de cada ação na cidade para o munícipe poder vir cobrar ou a municipalidade, ou mesmo o seu vizinho, olha você está fazendo alguma coisa errada na calçada e você quem tem que cuidar da calçada, são importantes. Então acho que a discussão sobre como fazer a ampliação da calçada e como fazer a fiscalização, quem perguntou foi a Rute, eu não tenho a resposta, estou vendo ela sentada lá no fundo, mas pode ter certeza de que isso está na nossa pauta de discussão e nós vamos voltar a falar sobre isso em breve, quando a gente tiver as propostas da Prefeitura e da sociedade para esse tema. Então convido você, assim que a gente começar a trabalhar a discussão pública da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento, que você esteja com a gente aqui para fazer essa discussão, que aí sim nós vamos ter algumas propostas. No momento, nós temos a certeza de que precisamos ampliar o acesso da calçada, e que nós precisamos ter estratégias de fiscalização mais efetiva, mas eu ainda não tenho a resposta para te dar de como isso deva ser feito." **VEREADOR LISANDRO: "**Para pergunta, eu vou repetir, eu gostaria de saber por que aqui em Suzano não tem fiscalização nos estabelecimentos sem as devidas acessibilidades, como também nos serviços públicos, como academias ao ar livre que o deficiente não consegue usar, balcões de atendimentos sem a parte rebaixada, banheiros que estão quebrados ou fora do padrão, e os bares que usam as calçadas também, que tinha sido falado**. RESPOSTA:** "Eu acho que um pouco eu já respondi, que é a questão da fiscalização. Nossa questão é que nós não temos pernas para fiscalizar tudo, realmente existe uma falha no processo de fiscalização, mas às vezes não é só esse processo de fiscalização que é falho, a gente precisa entender que o processo de fiscalização deve culminar no seguinte: uma vez que o fiscal foi lá e atribuiu uma multa ou atribuiu uma sanção ou fez algum alerta sobre algum problema, a gente deve ter em legislação previsto como é que eu vou sancionar a pessoa que não cumpriu isso. Então hoje a gente não tem estabelecidas regras claras de sanção, as multa são em tese, em teoria... às vezes a pessoa prefere pagar a multa, porque a multa é muito barata e vai tocando lá o estabelecimento dela. Então além da questão da fiscalização a gente precisa também dentro da nossa Lei estabelecer sanções efetivas para quem não cumpre a lei, porque esse é o caso, às vezes fazer a Lei e dizer olha tem que fiscalizar, mas qual é o instrumento de fiscalização? Como é que eu obrigo aquela pessoa a fazer aquela ação? Então, a gente precisa ter esse ciclo de fiscalização melhor estruturado. Do ponto de vista da Legislação Federal agora da acessibilidade a gente tem as regras estabelecidas na Lei Federal, mas nós não temos as sanções estabelecidas no Município para quem não cumpriu. Então a gente precisa estabelecer isso também e deve fazer parte aí da nossa Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Por isso que eu falei no começo da fala que o momento que a gente está é um momento muito rico para a gente ouvir essas contribuições, e a partir de agora a gente começar a pensar as

estratégias mais efetivas para controle do uso do solo e de como as edificações e de como todo o ir e vir do cidadão vai se colocar aqui em Suzano." **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado Eliene. Eu vou registrar aqui o que foi colocado como uma pergunta, mas acredito que seja uma opinião da Sônia Andrade, do bairro do Raffo, ela coloca que acha que todos os deficientes deveriam ter os mesmos direitos pela instituição bem como do Centro de Convivência Adevis, de Palmeiras, estão esquecidos, nem ao menos transporte. Se tiver alguém que possa falar desse Centro de Convivência ou sobre o transporte. Você quer falar alguma coisa?" **RESPOSTA ANELISA MORAES MAIA**: "Então, o que tem na centro de convivência lá em Palmeiras, é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens e Adulto, que é um serviço da Assistência Social. Então esse é um Serviço não é específico para pessoas com deficiência, ele é para qualquer tipo de pessoa, e o que acontece? A Adevis fez uma parceria com a Secretaria de Educação e conseguiu o ônibus, né? Então foi uma parceria, o ônibus não é deles, não é da Secretaria de Assistência Social, é da Secretaria de Educação, e aí eles ficaram sem ônibus, a Secretaria de Educação ficou sem ônibus e não pode mais fornecer, e foi em decorrência disso que o pessoal que estava indo ao Serviço de Convivência ficou sem esse atendimento. O ônibus para esse serviço não é obrigatório, mas eu acho que é uma reivindicação justa. Porque até o serviço de convivência para crianças, para idosos, eles poderiam ter um ônibus para levar os usuários, mas não é uma obrigação. Se as pessoas se mobilizarem, mostrarem que há a necessidade, elas podem levar esta reivindicação à Secretaria Municipal de Assistência Social, ao Conselho Municipal de Assistência Social, tá?" **VEREADOR LISANDRO: "**Obrigado. Próxima pergunta é do Laudo Yokoyama, da Vila Urupês, que pergunta para a Coordenadora do CRAS de Palmeiras, que falou sobre inclusão social e ele pergunta se vocês do CRAS têm recebido a procura do segmento da população LGBT. Vocês estão capacitados para esse segmento com políticas públicas? **RESPOSTA: ANELISA MORAES MAIA:** "Eu só queria ressaltar uma coisa, eu não sou Coordenadora do CRAS de Palmeiras, eu sou psicóloga, e a gente está sem coordenação no momento. Em relação à população LGBT, a gente atende, é claro. Em Palmeiras especificamente a gente não tem muita procura, mas se a pessoa precisar de uma orientação ou de atendimento a gente atende. Em relação à capacitação, até o momento não teve, a gente conhece algumas leis, a gente vai procurar atender bem a todas as pessoas que nos procurarem, a gente faz algumas atividades. Por exemplo, agora nesse mês de maio teve o dia de combate à homofobia e a gente fez uma ação no CRAS com a presença da Presidente da Comissão da Diversidade da OAB, para discutir as questões do preconceito e da legislação a essa população, a gente fez uma roda de conversa no CRAS. Mas uma capacitação, que eu me lembre, do tempo que eu estou aqui na Prefeitura não foi feita aos profissionais, tá?" **VEREADOR LISANDRO: "**Agora a pergunta da Maria Auxiliadora da Silva, acho que a pergunta é para a Maria Auxiliadora. Qual é a responsabilidade do Governo Municipal quando a pessoa com deficiência tem que usar, por exemplo, os serviços da AACD ou da APAE de Mogi das Cruzes, pois muitas vezes as famílias têm que se deslocar para outros Municípios, pois o Município de Suzano não oferece esse serviço? Eu não sei se

alguém se sente habilitado para responder, mas essa pergunta deveria ser respondida pelo Secretário ou alguém ligado à área de Saúde, não é? Infelizmente a gente não tem aqui. Mas fica o nosso compromisso, inclusive eu já tinha pedido no início da palestra para todo mundo preencher a ficha, colocar o e-mail, porque qualquer desenrolar desse debate aqui a gente vai encaminhar por e-mail depois, e essas perguntas eu posso mandar direto para o Secretário para ele responder, tá bom? Agora uma pergunta que foi requisitada a ser feita no microfone, da Claudia, é a última pergunta." **Com a palavra Sra.Cláudia:** "Na verdade eu não quero fazer pergunta, eu vou fazer algumas observações. Eu vou ficar de lado aqui, eu observei que chegou um representante do Conselho Municipal do Direito da Pessoa com Deficiência, Danilo, levanta a mão aí! É o Danilo, ele é deficiente visual. As observações: sobre a questão do cuidador: então esclarecer que na rede Municipal, que atende as crianças da Educação Infantil até o 5º ano, tem cuidador e não faltam cuidadores, são os AAI's - Agentes de Apoio à Inclusão, e esses AAIs. Eles são capacitados e recebem treinamentos periódicos pelo AEE da SME - Atendimento Educacional Especializado da Secretaria Municipal de Educação. Quanto aos surdos, na rede Municipal também não faltam intérpretes para essas crianças, considerando que eu sou uma, nós somos Agentes de Apoio à Pessoa com Surdez. Quero agradecer ao Fábio por ter emprestado os intérpretes, por ter vindo participar desse momento, do IF, e lembrar que ano passado também trabalhei lá para dar um suporte para vocês, não é? O que acontece, Lisandro? Como já foi dito, aqui pela Eliene, não temos a Lei Municipal que dê suporte. Conversei pessoalmente com o Dr. Marcel Cestaro, no curso de PLP's, ele era então promotor representante da Comissão de Direto da Pessoa com Deficiência, e ele disse que enquanto não houver uma Lei Municipal que trate desses temas, a Lei Federal não as sobrepõe. A questão do concurso que foi dita pelo Fabio, então nós não temos concurso aqui, daí quando uma Secretaria precisa de intérprete para realizar algum evento, pede emprestado para a Secretaria de Educação. Nem sempre nós estamos disponíveis, porque temos que atender em sala de aula. Hoje eu estou aqui porque peguei uma abonada para participar dessa audiência e participar como munícipe, como cidadã, e fazer esses apontamentos. É necessário um concurso para que o Poder Executivo preste um atendimento de qualidade para o munícipe surdo, considerando que quando um cidadão surdo vai lá cadastrar um currículo, vai lá para passar por um atendimento no CRAS é necessário que peçam emprestado para a Secretaria de Educação e daí aquele problema todo. Hoje na Secretaria de Educação tem apenas seis AAPS para atender dezessete crianças surdas, então, eu por exemplo atendo quatro crianças surdas, duas num período e duas no outro. Nós temos um total de 18 dezoito alunos surdos matriculados na rede Municipal de Ensino. Então, peço que os Vereadores, por favor, pensem nesse ponto. Ah! precisa do concurso público para a Prefeitura, precisa do concurso para a Câmara também. A Câmara precisa fazer concurso ou contratar através de processo seletivo simplificado, como foi feito no Instituto Federal para poder contratar um intérprete e como é feito em outros Municípios, e daí a desculpa que nós temos é que não pode contratar. Não pode contratar e não pode fazer concurso também? É o munícipe quem vai decidir se ele quer ou não estar aqui.

O direito dele tem que ser atendido, independente dele estar. Ah! eu só vou fazer rampa se for vir a pessoa com cadeiras de rodas? Não! Tem que ter essas adequações, independentes dele estar presente ou não. Porque a desculpa que tivemos na última gestão, quando foi cancelado o contrato com intérprete que tinha nessa Casa foi que os surdos não estavam participando das sessões, nas audiências da Câmara. E aí fica aquela questão, é só na audiência, é só se o surdo vier? Porque temos o canal no Youtube, para o cego ver, eu não sei, porque nunca assisti, mas temos legenda no canal das Sessões da Câmara? Tem legenda? Não tem legenda?" **VEREADOR LISANDRO:** "Na verdade o canal da Câmara hoje está suspenso. Não existe mais. Ele foi suspenso." **Com a palavra a Cláudia:** "Aí, mais complicado ainda! Não tem nem o canal! Mas enfim... Agora para concluir, sobre a fala da Sandra Nogueira, nós apresentamos um projeto para a Primeira Dama para ofertar o curso de HTML para os surdos e também posteriormente para todas as pessoas com deficiências. Esse foi um acordo que nós fizemos para que tivessem intérpretes no curso de PLP. Então eu estou lá, e fizemos esse combinado com ela, eu precisava do local para ofertar os cursos, nós estamos trabalhando com a Associação de Apoio ao Surdo da cidade de Suzano e nós não tínhamos o local para ofertar o curso, então, fizemos essa parceria e estamos iniciando os trabalhos. Era isso que eu tinha para falar." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado Cláudia. Gostaria de abrir espaço para os vereadores falarem. Vereador André Marcos de Abreu - Pacola." **Com a palavra o Vereador André Marcos de Abreu - Pacola(DEM): "**Muito boa tarde a todos. Queria cumprimentar nosso Presidente, parabenizá-lo pela iniciativa. Cumprimentar a nossa representante da nossa Primeira Dama, nossa amiga Sandra, em nome da Eliene, quero cumprimentar os demais. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que confesso que nem iria utilizar essa tribuna, mas devido ao apelo dessas guerreiras, dessas mães, eu teria que vir aqui e colocar não só o gabinete desse Vereador à disposição para o que vocês precisarem e estiver ao alcance deste Vereador. Queria também fazer um apelo aqui, aproveitar a nobre companheira Sandra, que está representando a nossa Primeira Dama, e eu sei que nossa Primeira Dama é muito solidária, muito competente por sinal, para que dê atenção a esses casos específicos que foram citados aqui, essas mães emocionadas num Município que é de todos nós, não é só dos deficientes não, ele é de todos nós e o deficiente faz parte dele e isso é obrigação nossa cuidar do nosso povo, do nosso amigo, do nosso irmão, para que dê atenção para essa mãe que não está conseguindo levar o filho na escola, a outra mãe que não consegue levar o filho para o médico. É muito cômodo para o Município, e esse Vereador tem batido de frente sempre aqui, você vai a um hospital seja lá com qualquer ente querido, e se encaminha para São Paulo, mas não se pergunta como é que se vai, como é que eu vou para lá? Tem muitos que morrem aqui, porque ele não conhece São Paulo, porque não tem a mínima condição de ir a São Paulo. Então eu estou fazendo aqui em nome da nossa amiga Sandra um apelo para a Primeira Dama para que ela dê atenção nesses casos especiais, específicos aqui citados para esses amigos nossos deficientes. Queria parabenizar vocês, mães, queria dizer para vocês do fundo do meu coração, já me emocionei por duas ou três vezes aqui, e saio emocionado daqui. Eu não sei se eu vou ser feliz no que eu vou colocar

aqui, mas eu vou parar de chamar tanta a atenção do meu filho. Eu tenho que parar de perturbar o meu filho, Maizena, sabe? Porque nossos filhos são cheios de saúde, nossos filhos são espetaculares, não que os seus não sejam, é que nós perturbamos tanto eles, né? E vocês com tanta dedicação, com tanta... sabe?! Como que é diferente, Presidente Lisandro, a gente fica "enchendo tanto o saco" dos nossos filhos é porque não passamos por isso, talvez. Quero me colocar à disposição dessas mães, dessas guerreiras e pedir a Deus que ilumine o caminho de vocês, que dê muita saúde e muita paz para vocês, força nesse coração! E o que precisarem do gabinete do Vereador Pacola, junto com o do Lisandro, tenho certeza, vamos falar mais nesse concurso, passou da hora de se criar. Hoje talvez seja o pontapé inicial de muitas outras coisas aqui. Muito importante esse dia para essa Câmara, talvez hoje faltou o Secretário de Saúde, sim para vir ouvir as mães, as necessidades e, lamentavelmente, o Secretário de Saúde, Maizena, foi convidado e não está aqui hoje, porque ele teria que estar aqui. Agora eu não sei se é possível e queria até sugerir para que façamos outra audiência pública e vamos obrigá-lo a vir aqui, porque senão se torna cômodo. Isso aqui não pode passar como mais um dia! Isso aqui não pode se passar como mais uma ação política. Aqui tem que ter ações. A partir de hoje tem que começar a ter ações, tem que ter concurso público sim, mas esse povo tem que ser atendido. Hoje nós teríamos que ter por que não o Secretário de Educação aqui, para se resolver esse problema desse ônibus? Isso aqui, eu não sei qual das amigas que falou aqui que não é obrigação, é obrigação sim! Como que não é obrigação a Secretaria de Educação não mandar um ônibus para o deficiente? Que Lei é essa? Isso é obrigação sim, companheiro! E se não for, nós vamos criar Leis para que passe a ser. E se um Secretário tiver um coração desse tamanho e que entenda que isso não seja obrigação dele, que chegue até esta Câmara que a partir de hoje, eu tenho certeza, iremos tomar muitas providências! Negar a uma mãe dessas que hoje precisa ir a São Paulo, e uma Prefeitura Municipal, cadê a Ação Social? A Prefeitura Municipal não mandar um carro para uma situação dessas é brincadeira isso, gente? Isso não é brincadeira não! Então fica aqui um desabafo, tá! Desculpem-me. Este Vereador, não como Vereador, mas como ser humano, como cidadão, está à disposição de vocês. Só para resumir, Presidente, este Vereador vem brigando – só para vocês terem uma ideia do que são as Leis e do que é o Governo – para entrar com um Projeto que beneficia a APAE e muitos deficientes desse Município, encontra resistência. Para vocês terem uma ideia de como é que é! E está encontrando resistência hoje. Então que seja hoje, tenho certeza, de que hoje está começando um grande dia, uma nova era para esses deficientes físicos. Muito obrigado e me desculpem pelo emocional, tá bom gente? Obrigado!" **VEREADOR LISANDRO:** "Dando prosseguimento, Vereador Maizena." **Com a palavra o Vereador Maizena:** "Sr. Presidente desta Mesa hoje, Vereador Lisandro. Vereador Toninho Morgado, Vereador Pacola e outros Vereadores que apareceram aqui, em nome da Sandra, quero cumprimentar a todos da Mesa. Gente, tudo isso que o Vereador Pacola falou e muito mais, Vereadores, toda essa palestra que estamos assistindo aqui, essas mães, tudo isso é a realidade do nosso Município. Quando é Vereador que nós vamos abrir os olhos? Você percebeu a quantidade de direitos que os deficientes físicos têm? Você

percebeu Vereador Pacola? Só que é aquilo o que o senhor falou, cadê o nosso Secretário da Saúde? Neurologista, não tem no Município para atender deficientes especiais. Então é complicado. O nosso Secretário da Educação também, Vereador Lisandro, já que ele não veio, deveria ter compromisso, mas ele fizesse igual à Primeira Dama, igual ao Secretário Clóvis, mandar representante, sabe por quê? Porque todas essas demandas são demandas importantes. Não está abrindo concurso aqui para o GCM? A gente não pode abrir concurso na Educação? Não para cuidador só, tá Vereador, porque cuidador é fácil, qualquer um pode cuidar, a mãe cuida em casa melhor, só que o deficiente físico, o deficiente especial, auditivo tem que ter uma pessoa preparada para dar uma atenção para ele, Vereador. Não é para colocar cuidador. No Governo do Estado também coloca cuidador, aqui no Justiniano tem cuidador, entendeu? Tem que colocar pessoas que o ensine, porque para cuidar qualquer um pode cuidar. É uma observação que nós temos que fazer, inclusive, Vereador, eu faço parte da Comissão de Educação e Cultura, então isso daí eu vou cobrar do Secretário, e fora essa Comissão da Política Urbana eu acho que nós temos que nos unir e montar Comissões e falar com o Secretário, porque não adianta, Vereador, montar Comissão, igual tem o senhor, o Vereador Toninho Morgado, e o Vereador Carlão da Limpeza, o que adiante três Vereadores montar uma Comissão e ir lá cobrar? Eu acho que todos os Vereadores desta Casa, independente da Comissão, têm que "vestir a camisa", entendeu? Porque, outra coisa também, viu, a representante da Habitação veio aqui. Eu quero saber cadê a representante da Secretaria de Trânsito, porque é Mobilidade Urbana, ou não? Tem que ter um representante aqui da Secretaria de Trânsito, gente! Aqueles semáforos, que a população cobra da gente, viu Anelisa, a população cobra da gente rua: o Vereador pede aquele semáforo, porque o deficiente visual, quando ele chega ao semáforo, a partir do momento em que ele escuta, é mobilidade urbana, cadê o Secretário do Trânsito? Entendeu? Então, Presidente Lisandro, eu acho que nós temos que fazer um relatório, inclusive, está sendo registrado lá na íntegra, todos os departamentos, todos os departamentos, incansáveis e cobrar. A gente cobra 30, se sair 20 está ótimo, mas nós temos que fazer a nossa obrigação, porque a população confia na gente. Agora não adianta ir só um Vereador, dois Vereadores, não vai adiantar nada. Eu acho que essa Casa de Leis tem que se reunir e cobrar juntos. Não é só na Saúde, na Educação, são em várias outras Secretarias, está certo? Então eu quero parabenizar até inclusive o professor Fábio também. O concurso público se faz para o professor, se faz para o GCM, vários departamentos, por que a gente não pode abrir um concurso para o acompanhante, intérprete em LIBRAS, isso mesmo. Você está entendendo? Então a gente tem que abrir, isso daí vamos cobrar Vereador. Ah, mas não tem dinheiro!. Não é dinheiro, é obrigação e necessidade do Município é isso que nós temos que colocar na cabeça, não só como representantes, mas como moradores do Município. A gente cobrar do Prefeito isso daí e dar uma resposta, porque a população confia na gente, tá bom! Obrigado Presidente e o que precisarem desta Casa de Leis, eu tenho certeza que nenhum Vereador vai virar as costas. Estamos juntos. Obrigado." **VEREADOR LISANDRO:** "Obrigado Vereador Maizena. E para finalizar agora, o Membro da Comissão de Política Social da Câmara de Suzano,

o Vereador Toninho Morgado." **Com a palavra o Vereador Toninho Morgado:** "Boa tarde Presidente. Vou ser bem breve. Quero manifestar aqui a minha emoção de fazer parte desse momento tão importante e tecer algumas palavras muito breves. Queria parabenizar ao Vereador Lisandro pela iniciativa. O Vereador Lisandro usa esse momento para instituir na cidade de Suzano uma semana toda dedicada à causa das pessoas com deficiências. E é todo tipo de deficiência que será comemorado ali no dia 15 de maio. E dentro dessa proposta, ele monta aqui essa audiência pública, e dentro da Comissão de Política Social, como Membro, imediatamente abracei a causa, coloquei-me à disposição e estamos juntos nesta causa, Vereador. Quero parabenizar também a todos os Vereadores que estão aqui, Vereador Pacola, Vereador Maizena, os demais Vereadores que passaram aqui, sensíveis a essa causa, dedicaram um tempo da correria do bairro para estarem aqui, participando desse momento, então demonstram a sensibilidade a essa causa da pessoa com deficiência. Quero parabenizar à Mesa de forma especial, cada componente da Mesa que esteve aqui, participando desse momento. Quero parabenizar de forma especial os funcionários do CRAS que se dedicam muito, recebem pouco para "caramba" e se dedicam com amor, com dedicação na educação, na saúde. Nossos amigos que estão sentados aqui que também estão nessa parte da tarde se dedicando aqui a esse momento da audiência pública. A minha assessoria, a assessoria do Vereador Lisandro, dos demais Vereadores que proporcionaram e organizaram esse momento aqui. Quero parabenizar também uma funcionária do CREAS, em particular, que me ajudou essa semana a resgatar, falei aqui já, um senhor indigente, que estava largado, abandonado no Morro Grande. Quem mora em Palmeiras sabe do que eu estou falando. Então é essa metodologia que deve ser adotada. Eu quero parabenizar também aqui a todo o público. É para vocês que foi feito isso, tem várias mães aqui, pais, irmãos, que passam por muita dificuldade. Eu tenho uma cunhada de nome Cristiane, ela morreu com 32 anos de paralisia cerebral. E eu confesso para vocês que eu nunca soube entendê-la, mesmo sendo professor, pedagogo, formado, eu nunca entendi a minha cunhada. E ela faleceu, e muitas vezes sendo negligenciado todos os direitos da pessoa com deficiência, porque nós não conseguimos entender. Nós professores da rede Estadual, da rede Municipal não conseguimos entender a nossa criança com deficiência. Vivemos em conflito, porque queremos ajudar, mas não conseguimos entender, não conseguimos ajudar. Falta aqui então uma proposta do Poder Público de formar e capacitar os agentes educacionais e também de saúde. Quero dizer para vocês também, que nós Vereadores aqui, junto com o Vereador Lisandro, a Comissão de Política Social e demais Vereadores, nós estamos buscando todo meio de poder ajudar. Este Parlamento, senhores, nesta gestão, a gente está sendo mais sensível e tentando buscar tudo aquilo que é possível. Nós temos quatro anos de desafios, para implementar metodologias para mudar um pouco a realidade. Vários projetos têm sido feitos na Casa sensibilizando o Poder Público. Eu, particularmente, agradeço à Família Azul, que tem nos acompanhado aqui sempre. Em particular fizemos um Projeto do Autismo, para o Autista, para incluir o selo do Autista como algo preferencial também no atendimento, porque a mãe do autista, muitas vezes, não tem como provar que a criança é autista.

Então nós fizemos um Projeto para a cidade de Suzano para incluir. Demais Vereadores fizeram outros Projetos e a gente está sensível, só que nós precisamos contar com vocês, dos Conselhos, das Entidades, das Organizações, das Associações, para pressionar a gente, cobrando da gente, junto com a gente, ajudando a gente para que possamos ser sensíveis a essa causa. Por fim, eu queria aqui citar alguns alunos, e dizer uma coisa bem breve também, porque o Município tem o cuidador. Eu sou professor do Estado, o Município tem uma estrutura básica, viu Vereador Lisandro, o Município tem, e a criança tem o atendimento básico do Município, mas pais e mães pasmem vocês, quando cai em nossas mãos, e eu coloco a mão à palmatória também, na rede Estadual, a criança cai num grande abismo. A rede Estadual não dispõe de nenhum tipo de programa voltado para a inclusão, é uma inclusão fictícia. Os professores não sabem o que fazer; funcionários não sabem o que fazer; diretores não sabem o que fazer; a criança é excluída da escola do Estado, e voltam para seus quartos, voltam para suas mães. As mães já não estão mais aqui com suas crianças, mas elas mães sabem o quanto estão sofrendo lá, porque o Estado quer devolvê-las para casa, e as mães precisam que a criança estude, e fica essa vácuo, essa lacuna, e a criança sofre dentro da escola, porque não tem nenhum Programa Estadual de Inclusão. Os cuidadores demoram para vir, o transporte demora para ser adquirido. Eu convido as senhoras para visitarem as escolas Estaduais e verem a situação em que nossas crianças especiais vivem dentro das escolas. É uma situação deplorável, é uma situação de calamidade! E não é merecido, e eu falo como denúncia aqui, não tenho problema de falar isso. Conheci o Everton, um menino desse tamanho, que ele não sabia o que fazer dentro da escola e nos dava trabalho, e nós não sabíamos o que fazer. Conheci o Otávio, jovenzinho muito inteligente, autista, depois a Fernanda, depois a Olaf que estava aqui, depois a Fernandinha que estava aqui, e várias outras... O Cherry, que babava e andava na escola, e nós professores queríamos ajudar, mas não sabíamos o que fazer. Olhem a nossa situação... Amando as crianças, mas não sabendo o que fazer, e aí as mães sofrem porque querem que a criança seja incluída, mas também não sabem como ter esses direitos garantidos. Eu quero fazer um apelo aqui para terminar, porque falar é fácil, muitos aqui falaram, mas eu quero fazer um apelo aqui, de dar a mão aos senhores e às senhoras, e aos Vereadores e juntos a gente buscar a solução, seja aonde for, de que forma for, mas eu quero junto com vocês a gente correr para buscar essas soluções. Não sei como vocês, que têm mais experiência do que nós, vão nos indicar o caminho e a gente, assim como o Vereador Pacola, o Vereador Maizena, eu já quero deixar o meu mandato à disposição, assim como o Vereador Presidente desta Comissão, a gente quer deixar o mandato à disposição para fazer o que for necessário para nos unirmos nessa luta com vocês. E não por interesse político. Ignorem nossas siglas, ignorem nossos nomes, mas por interesse social e por interesse humano. Quero por fim concluir, dizendo só uma coisa, uma mãe aqui me emocionou falando assim: ‘Senhores, nós não dispomos de nenhuma ferramenta, não dispomos de nenhuma ferramenta, nós só temos uma ferramenta.’ Qual que é a ferramenta? A mãezinha falou aqui, a mãezinha falou, nós só temos uma ferramenta, o amor, o amor. O que vem de Deus é o amor. Então, parabéns às

senhoras, parabéns Vereador, parabéns aos senhores, parabéns a todo público e vamos nos agarrar a essa ferramenta que é o amor. Tendo isso nós vamos longe. Tendo o amor nós iremos longe. E assim eu encerro, agradecendo ao nosso Presidente, agradecendo ao professor. Nós fizemos um Projeto importante professor, eu fiz um projeto importante lá para a Unifesp, que é reconhecendo o Congresso Internacional de Logística, foi da minha autoria o projeto. E aí eu quero concluir dizendo que tudo o que for tangente ao amor, à Política Social e aos Vereadores, nós faremos aqui. Obrigado gente. Desculpe me estender, mas é assim, vamos nos agarrar no amor, contem conosco sempre. Obrigado." **VEREADOR LISANDRO: "**Obrigado Vereador Toninho Morgado. Eu tinha esquecido apenas do Adão, que é um surdo da cidade, mas que quer mandar um recado para a gente**." Com a palavra o Sr. Adão:** "Boa tarde a todos! Eu gostaria de falar um assunto muito importante. Primeiro, eu gostaria de me apresentar a vocês, porque algumas pessoas aqui ainda não me conhecem. Eu sou o professor Adão, surdo, algumas pessoas sabem que em 2016 eu estava na campanha de vereadores (ininteligível), para juntos podermos trabalhar aqui em Suzano. Gostaria de parabenizar o Vereador Lisandro por este evento. Pela primeira vez eu estou participando aqui na Câmara em prol dos deficientes, e nós vimos aqui as dificuldades que nós deficientes passamos em Suzano. Mas eu estou aqui para falar principalmente a alguns deficientes auditivos, porque eu sou deficiente auditivo, eu sou professor surdo, professor de LIBRAS, eu sou formado pela Fenense, eu estou no terceiro ano de pedagogia, e pretendo me formar daqui para frente e eu quero contar para vocês o que aconteceu aqui na nossa cidade. O que a Prefeitura precisa fazer para ajudar aos deficientes auditivos não é contratar só intérpretes para colocar na Prefeitura, porque se a Prefeitura for fazer isso vai ter que contratar intérpretes para tudo, não é verdade? Eu agradeço que tem muita gente lutando para ter intérpretes, mas eu quero falar não só para contratar intérpretes, mas eu quero falar para melhorar a assistência. Em primeiro lugar, nós não temos uma associação que dá apoio aos surdos e deficientes. Eu quero mostrar para vocês aqui olha, eu quero agradecer, eu tenho uma pessoa que trabalha comigo, a Márcia , ela está me ajudando sempre em prol dos deficientes. Quando algum deficiente precisa ele me procura, e eu vou até a Márcia para ela me ajudar. Quero contar para vocês, esse aqui é o Fernando. Ele está ficando cego, e já não está mais enxergando nada, ele tem dificuldade de enxergar, e eu estou lutando para conseguir uma cirurgia, mas está difícil. Desde o ano passado, desde 2016 que esse deficiente trabalhou comigo na campanha eu estou lutando. A gente já procurou várias pessoas, mas nenhuma se comprometeu em ajudar. Olha turma, eu queria dizer para vocês uma coisa, nós temos a Assistência Social, que dá ajuda para as pessoas, mas eu vou falar para vocês, de que adianta você colocar um intérprete se não tem assistência para ele? Ele ficou doente esta semana, estava todo cheio de feridas nas pernas, estava subindo, morrendo de febre. Se eu não tivesse ido a casa dele para conversar, para saber como ele estava ele poderia ter morrido, eu posso dizer para vocês, eles estava com a perna cheia de feridas. Ele foi ao médico sozinho. Não tinha assistência para ele, deram uma receita para ele e um só remédio, e ele não sabia que remédio iria tomar. Ele está aqui, ele me procurou, eu o levei a vários

postos aqui de Suzano, e o farmacêutico me disse que o remédio que ele precisava tomar não estava no posto de saúde. Ele precisava comprar o remédio. Eu o levei à farmácia e o remédio dele custava R$ 200 (duzentos reais). Ele não tem condições de comprar esse remédio. Esse jovem recebe o benefício do LOAS(Lei de Amparo e Assistência Social), porque ele é deficiente, ele não enxerga bem. Ele foi chamado no banco e foi enganado pelo gerente, o gerente do banco fez um empréstimo para ele, um empréstimo de 4 ou 5 mil, não sei quanto foi, ele pegou o dinheiro pensando que podia pegar sozinho, e hoje o INSS desconta dele duas vezes, R$ 680 (seiscentos e oitenta reais), ele recebe R$ 200 (duzentos reais) por mês, e ele tem quatro filhos.Ele vai ao CRAS pedir ajuda, mas ninguém sabe conversar com ele. Ele procura uma assistência, mas ninguém sabe conversar com ele. Então é importante termos um intérprete. Na minha opinião é que a Prefeitura pode formar intérpretes dentro dessa Instituição, porque o CRAS pode aprender. Em 2016, desde a campanha de Vereador, eu lecionei para 30 pessoas aqui no centro da Prefeitura, mas foram somente 60 horas, que foram poucas, não dá. Quem estuda sabe que para formar um intérprete leva muito tempo. Então eu peço Vereadores, eu já pedi ao Lisandro, mas peço mais, que trabalhem na saúde dos surdos mais pela assistência deles. Eu estou correndo com esse jovem até hoje para ver se ele consegue os óculos, ele não enxerga mais nada. *Levamos ele* a um oculista, e ele vai precisar de um tipo, como posso dizer, ele vai precisar de uma especialidade para saber o que ele tem e até agora a gente não descobriu qual foi a doença que ele contraiu, se ficasse com aquelas feridas subindo pelo corpo, morrendo de febre. Então, o que nós precisamos mesmo, e eu estou lutando é pela causa do deficiente auditivo. Acho bonito esse trabalho de lutar em prol dos deficientes, colocar intérpretes para trabalhar aqui na Prefeitura, arrumar a rua para os cadeirantes, esse é um trabalho muito bonito. Eu agradeço, muito obrigado pela atenção." (aplausos) **VEREADOR LISANDRO: "**Obrigado Adão. Bom, eu nem vou para a tribuna hoje, acho que todos os Vereadores conseguiram resumir bem a minha opinião sobre o evento. Acho que as pessoas, principalmente do CRAS de Palmeiras, que foram quem motivou essa discussão, devem estar felizes, porque eu acho que o principal objetivo que a gente tinha aqui não era sair com algo concreto, mas era pelo menos despertar a necessidade de se tratar este tema. E é muito nítido na visão de todos os Vereadores, inclusive, eu me coloco nisso, tenho a humildade de dizer que aprendi muito, e fico me perguntando como não observei algumas coisas antes. E eu acho que esse é o primeiro passo, como bem disse o Vereador Pacola. Vamos esperar que a partir daqui mais pessoas se unam, mais pessoas estejam nesse trabalho porque agora a Câmara Municipal consegue enxergar, de fato, o grave problema que a gente tem na cidade e a gente vai tentar trabalhar por isso, mas isso não exclui a necessidade de vocês estarem perto da gente, demandando para as Comissões, a Comissão de Política Social inclusive, encaminhar esse monte de denúncias que foram feitas aqui.Se tiverem dificuldades com o Executivo mandem para a Comissão a gente com certeza vai tentar atuar dentro do que é prerrogativa da Comissão para ajudar nesses casos, e para estar mais próximos de vocês. Finalizando assim eu quero dizer que eu não tenho nada mais a declarar, e agradeço a presença de todos, dando

por encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado." Às 16h55, o presidente da Comissão de Política Social, encerrou a 3ª Audiência Pública. Compareceram a esta Audiência Pública os vereadores: André Marcos de Abreu - Pacola(DEM). Antonio Rafael Morgado - Prof. Toninho Morgado(PDT). Carlos José da Silva - Carlão da Limpeza(PSDB). Edirlei Junio Reis - Prof. Edirlei(PSD). Verª. Gerice Rego Lione – PR (Esposa do Prefeito da Academia). Leandro Alves de Faria – PR (Leandrinho). Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS). Marcos Antonio dos Santos - Maizena Dunga Vans(PTB) e Rogério Gomes do Nascimento – PRP (Rogério da Van).

Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 25 de maio de 2018

VER. LEANDRO ALVES DE FARIA – PR (LEANDRINHO)
Presidente

VER. Antonio Rafael Morgado - PDT (Prof. Toninho Morgado)
1º Secretário

VER. Max Eleno Benedito – PRP (Max do Futebol)
2º Secretário

Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS)
Presidente da Comissão Política Social